



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº.: 026/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: CBM-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0004.196189/2021-20

OBJETO: Construção da Organização Bombeiro Militar de São Miguel do Guaporé, localizado no município de São Miguel do Guaporé - RO.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um às 08h, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito à avenida: Farquar, s/nº, bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, nesta cidade, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº. 74/2021/SUPEL-CI de 11 de junho de 2021** e **Portaria nº 171/SUPEL-CI de 15 de dezembro de 2021**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa: **AM ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI - ME**. **RECURSO:** O presente recurso foi apresentado, contraditando o julgamento da decisão da Comissão de Licitação que desclassificou a proposta de preços apresentada pela empresa requerente *por ter apresentado sua planilha orçamentária com valores unitários superiores aos estabelecidos na Planilha Orçamentária da Administração, Itens de nº 10.2.1, 11.1.1, 11.2.1, 12.1.1, 12.2.1, 12.7.4, 15.1.1, 15.2.1 e 15.6.7, ainda por ter apresentado invertido o valor quantitativo pelo valor unitário do item 15.3.6, bem como por ter apresentado em sua Carta Proposta valores divergentes do valor total apresentado em sua planilha orçamentaria e demais itens pertinentes, contrariando assim o disposto no item 20.2, alíneas "d", "f" e "h" do edital.* A empresa requerente alega basicamente em seu recurso administrativo que o objetivo principal da licitação é a economicidade, a proposta mais vantajosa para a licitação. Que a proposta apresentada pela empresa **AM ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI** mesmo com os apontamentos que fundamentaram a decisão da Comissão, implica numa economia para o Estado de Rondônia de R\$ 61.918,11 (sessenta e um mil, novecentos e dezoito reais, onze centavos) valor, segundo a requerente, considerável e que não deve ser desprezado. Ainda que os demais princípios da licitação devam sucumbir ao objetivo de selecionar a melhor proposta por meio de critérios objetivos e impessoais. Admitindo que os apontamentos contidos em Ata anteriormente emitida pela Comissão que culminou na desclassificação da proposta apresentada, a empresa alega que posteriormente, poderá ao ser convocada pela administração a corrigi-los. Expirado o prazo para interposição de recursos, a Comissão de Licitação deu conhecimento a demais empresa participante, abrindo o prazo para **contrarrazões** de recurso, sendo que ela não manifestou interesse em contrarrazoar. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – Após reanálise de toda proposta de preços apresentada pela empresa recorrida, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu a Comissão manter a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 09.12.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, senão vejamos: Ao reexaminar a proposta de preço apresentada pela empresa **AM ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI**, a

CPLO constatou que sua decisão proferida em ata foi acertada, vez que a empresa requerente não atendeu as exigências contidas no edital, uma vez que o item 20.2, alíneas "d", "f" e "h" do edital dispõe:

20.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

20.2.1 - As propostas com valores unitários e/ou global proposto para os serviços sejam manifestamente excessivos ou inexequíveis serão desclassificadas.

d) Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse R\$ 1.235.360,41 (hum milhão, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e sessenta reais, quarenta e um centavos). Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo I.

f) Aquelas que as propostas apresentarem com omissões, rasuras, entrelinhas, erros substanciais de cálculo, preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis comprovadamente com os praticados no mercado, distorções significativas ou ainda cujos elementos técnicos fornecidos não se mostrarem satisfatórios, tendo em vista os indicadores para avaliação determinados e estabelecidos neste Edital, bem como aquelas que não atenderem ao art. 48 da Lei 8.666/93.

h) Apresentarem *preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores* aos constantes da Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

Ou seja, a Comissão de Licitação constatou que a empresa requerente apresentou valores unitários superiores aos estabelecidos na Planilha Orçamentária da Administração, Itens de nº 10.2.1, 11.1.1, 11.2.1, 12.1.1, 12.2.1, 12.7,4, 15.1.1, 15.2.1 e 15.6,7, ainda por ter apresentado invertido o valor quantitativo pelo valor unitário do item 15.3.6, bem como por ter apresentado em sua Carta Proposta valores divergentes do valor total apresentado em sua planilha orçamentaria e demais itens pertinentes. Portanto, evidente caso de descumprimento de norma editalícia por parte da empresa requerente.

No que importa ao estabelecimento de limite máximo Justen Filho (1998, p.437) ressalva: “Não se pode conceber que uma licitação conduza a contratação por preços superiores aos que poderiam ser obtidos se a Administração comparecesse diretamente ao mercado para contratar.” Não se mostra incompatível com a lei, o estabelecimento de limite máximo admitido numa contratação de obra pública vez que, como dito pelo ilustre autor, é inconcebível que a licitação opere preço maior do que aquele cotado livremente pela Administração, sem qualquer disputa. Portanto, é perfeitamente possível o estabelecimento de limite máximo para efeito de aceitabilidade das propostas.

Conclui-se facilmente que a empresa requerente descumpriu norma previamente contida no edital. Tal exigência contida no edital tem amparo legal expresso no art. 23 da Lei Federal 8.666/93. Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, *o instrumento convocatório: é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.* (Curso de Direito Administrativo, 2007).

As planilhas de composição de custos e formação de preços têm enorme importância, primeiramente no planejamento da licitação. É por intermédio da planilha que a Administração sabe quanto vai pagar ou qual a média no mercado para os itens que pretende contratar, por contratação direta quando cabível a exigência da planilha, ou por licitação. Portanto, a planilha é um documento obrigatório na fase interna da licitação, nos autos do processo administrativo. A planilha também será preenchida pelo licitante para composição de seus preços. É com base na planilha do vencedor da licitação que serão embasados futuros pleitos de repactuação, reajuste ou revisão de preços. Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu não dar provimento ao recurso interposto pela empresa, mantendo a proposta de preços apresentada pela empresa requerente **AM ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI desclassificada e**

classificada a proposta de preços apresentada pela empresa **NEIANDER STORCH EIRELI - ME**, conforme decisão anteriormente proferida pela Comissão de Licitação em Ata proferida 09.12.2021. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. **vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte.**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA ESPÍRITO SANTO

Membro

MARIA CAROLINA DE CARVALHO

Membro

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 27/12/2021, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 27/12/2021, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CAROLINA DE CARVALHO, Membro**, em 27/12/2021, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Membro**, em 27/12/2021, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 27/12/2021, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0023078712** e o código CRC **74B6F3EC**.

